

(leia-se adeptos do culto). Por outro lado, o conteúdo dessa política de controle me parece ser dada sobretudo pela vinculação que é feita entre a lei maior (Constituição) e a lei específica para os "umbandistas" (Portaria 144 e 364). Essa vinculação, se melhor examinada, deverá também exprimir uma determinada concepção de como deverão ser reorganizadas, daqui por diante, as relações entre as classes (30).

(30) Acho que poderíamos fazer aqui uma extrapolação e dizer das semelhanças que essa política tem com a política de controle da classe operária no governo Vargas. Quero dizer que lá, a "questão social" é assumida pelo Estado como assunto dele (Estado) que "resolve" a seu modo, o problema, vinculando legislação trabalhista e legislação sindical compondo uma mesma política de controle pelo Estado, da movimentação da classe operária. É o que mostram Maria Silvia Hadler em seu artigo "A Política de Controle da Classe Operária no Governo Vargas" e Lígia Osório Silva em "A Luta pela Regulamentação do Trabalho da Primeira República", ambos publicados na Revista "Cara a Cara". Ano I, nº 2, Julho/Dez, 1978, UNICAMP, São Paulo.

ESTRUTURAS E PROCESSOS POLÍTICOS RELACIONADOS COM A ZONA FRANCA DE MANAUS

Amilcar Alves Tupiassu
Deptº de Ciências Sócio-Políticas
Universidade Federal do Pará

I INTRODUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PRESENTE DOCUMENTO

1.1 SOBRE CONTEÚDO E PRINCIPAIS ACLARAÇÕES

O presente documento constitui subsídio à pesquisa "Avaliação Tecnológica da Industrialização da Zona Franca de Manaus", em realização pela Coordenação de Tecnologias, CNPq, Brasília.

Tal como o sumário *retro* o indica, procura elucidar estruturas e processos em relação à ZFM (Zona Franca de Manaus) quanto a três situações - a da criação, a da efetiva implantação inicial e a da implementação ou funcionamento real⁽¹⁾ (inclusive ensaiando prospectivas) - buscando determinar estruturas de poder atuando em Manaus com importância explícita para a expansão do capital via ZFM e processos políticos relacionados com o controle de tais estruturas.

pois foi a isso que a referenciação desta parte da pesquisa global endereçou o presente documento(2).

Vale esclarecer que, face ao caráter da pesquisa realizada(Ver 1.2., adiante), as estruturas e processos focalizados são os atinentes a Manaus e ao Estado do Amazonas, embora o documento, em muitas ocasiões, tenha espreado tais limites e externando conjeturas quanto ao âmbito nacional global.

Para a pesquisa e para a montagem do documento, partiu-se de uma hipótese inicial geral, calcada no referencial teórico-histórico preparado no CNPq(3), segundo a qual a ZFM teria sido criada, pelo Governo Federal, através do Dec. Lei nº 288/1967, como resultado de inspiração e/ou pressão do capital internacional. Após os debates sobre a primeira versão deste documento(4) com a equipe do CNPq encarregada, tal hipótese foi enriquecida com a introdução também do capital nacional como instância de inspiração e/ou pressão para que a ZFM fosse criada e implementada.

Tais linhas hipotéticas e mais o referencial teórico específico da pesquisa política ora relatada(5) deram margem, naturalmente, a um roteiro de questionamentos fundamentais para orientar a investigação, dentre os quais se destacam os seguintes:

a) como teriam chegado às es-

truturas de poder as inspirações/pressões para que a ZFM fosse criada, implantada e implementada - se por via de mobilizações abertas na sociedade civil e/ou por intermédio de segmentos participes do próprio bloco no poder trabalhando em bastidores?

b) a intermediação da sociedade civil e/ou dos segmentos teria ocorrido preponderantemente a nível nacional ou a nível regional-amazônico?

c) a intermediação teria ocorrido claramente assumindo o patrocínio do capital nacional e internacional ou dissimulada em nome de outros valores determinados?

A pesquisa realizada, sem embargo das suas limitações (Cf. 1.1.), permitiu que se alcançasse muitas esclarecimentos quanto a estruturas e processo políticos envolvidos no empreendimento da ZFM, dentre as quais se salientam as a seguir sumarizadas:

a) vários fatores indicam que a ZFM efetivamente teria sido criada e levada adiante por inspiração e/ou pressão de exigências erguidas por imperativos da acumulação capitalista a nível internacional (desenvolvimentos na divisão internacional do trabalho, etc) e a nível nacional (tentativas de encontrar soluções alternativas para determinadas crises, etc), mas não foi possível precisar, com muita clareza, que e como forças políticas determinadas realizaram a inspiração e/ou pressão;

b) não foi a ZFM criada me diante uma aberta mobilização na sociedade civil em níveis nacional e regional, embora segmentos da sociedade civil com acesso privilegiado ao bloco no poder devem ter se movimentado com sucesso, para tal; já a implantação da ZFM envolveu mobilizações limitadas em seu apoio na sociedade civil ao nível do Amazonas; mas a implementação da ZFM tem decorrido praticamente à margem de acompanhamentos por parte da sociedade civil em termos abertos, havendo porém, de 1978 em diante, tendências para que o empreendimento ZFM venha a ensejar uma dinâmica política mais aberta a seu respeito;

c) constituindo-se até hoje em empreitada resultante sobretudo da movimentação, em bastidores, de segmentos partícipes do bloco no poder, a ZFM tem, ademais, sido produto de uma dinâmica política que é mais de âmbito nacional que meramente amazonense, embora caiba novamente levar em conta a amenização nesse campo, como tendência de 1978 em diante;

d) a criação, a implantação e a implementação da ZFM tem tido um potente suporte de um "clima ideológico" favorável a níveis nacional e amazonense - mas sobretudo amazonense - ficando pois o seu papel real, no que tange ao processo de acumulação capitalista, dissimulado/ensombrecido no discurso comum, que normalmente, exhibe a ZFM como empreendimento

"indispensável ao desenvolvimento da Amazônia", "fundamental para a integração e a segurança nacionais", etc;

e) uma vez que o advento da ZFM efetivamente mudou a face de Manaus profundamente e mesmo a do Estado do Amazonas em certo grau, significando, por exemplo, para o caso de Manaus, uma estruturação capitalista que se tornou a mais "moderna" da Amazônia, tal advento igualmente envolveu alterações de monta nas forças políticas do Amazonas (dada a importância de Manaus no contexto estadual) - o que tende a modificar agudamente a dinâmica política no Estado, inclusive em relação à ZFM, tal como se pode ver de 1978 até hoje e, para a década dos 80, através de conjecturas prospectivas.

1.2 SOBRE LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO PRESENTE TRABALHO

O trabalho realizado para ensejar este documento foi muito mais simplificado do que o desejariam a Coordenação de Avaliação de Tecnologias do CNPq e o autor: é que razões de prazo e de exiguidade de recursos exigiram que a pesquisa e a elaboração do documento ficassem comprimidas em cerca de 3 meses - e que a metodologia se resumisse a entrevistas e exames documentais (bibliografias e outras fontes) - face ao que a investigação teve que ser marcadamente qualitativa e de forte cu-

nho pessoal.

Além disso, as mesmas razões impuseram que a pesquisa se contivesse a trabalhos em Manaus e Belém - o que se tornou uma limitação dramática quando, em função do que se pesquisou e conduziu à a-
claração c (Cf. l.l.), se comprovou o inicialmente previsto, isto é, que a dinâmica política mais relevante, no atinente à ZFM; era de âmbito nacional e não meramente amazônico.

É claro que tais desafios, aceites e enfrentados conscientemente, tiveram que ser respondidos com imagináveis dificuldades e esforços, uma vez que se impunham ven-
cê-los em virtude da importância e do pioneirismo da tarefa. Se a pesquisa política já é constitucionalmente difícil, como está amplamente reconhecido, não se são dificuldades adicionais de circunstância que devem levar os pesquisadores a se omitir e a deixar passar a oportunidade de perquirir politicamente sobre temas tão fascinantes como o da ZFM.

Procura-se por isso, neste documento, suprir tanto quanto praticável as limitações da pesquisa empírica através de várias fórmulas: utilizar experiências factuais e teóricas do autor para preencher lacunas; inferir, deduzir ou conjecturar quando isso é possível; manusear meras hipóteses de trabalho quando outro material não está disponível - em suma, extrair o máximo do modesto arsenal empí-

rico obtido e avançar o máximo no sentido de sugerir preocupações a quem queira se atirar a prosseguir os estudos ora iniciados.

Óbvio é que, de tudo isso, deriva uma das limitações deste documento que pode ser considerada deveras aborrecida: sua formulação/redação muitas vezes cautelosa em demasia ou eivada de circunlóquios maiores do que o autor o desejaria.

De qualquer modo, abriga-se a esperança de ter afirmado até pre-remptoriamente quando isto pareceu defensável - e conjecturando até vagamente quando não despontou outro remédio... para que tudo possa ser conferido e cobrado pelos pósteros que acaso possam trabalhar em condições outras.

Não obstante tudo isto, contribuições de monta vê o autor, modestamente, contidas neste documento, tais como:

a) trata-se da primeira análise exploratória sob ângulo político, ao que ele sabe, sobre o em-
preendimento da ZFM;

b) foram conseguidas a clara-
ções como as sumarizadas em l.l., cujo valor para a compreensão da ZFM pode não ser desprezível;

c) foi construída uma versão sobre a história da criação da ZFM (Ver 2.3., adiante) que é, ao que lhe parece, a primeira tentativa escrita, a respeito, em termos complementares a de Benchimo;

d) foram estabelecidas colocações de análise política provavel

mente assás estimulantes/provocativas para que outros pesquisadores, mormente do Amazonas, possam se ver desafiados a afirmar ou confirmar em futuros trabalhos, que se espera melhores que o presente.

2 ESTRUTURAS E PROCESSOS POLÍTICOS RELACIONADOS COM A CRIAÇÃO DA ZFM

2.1 A PRIMITIVA ZONA FRANCA DE MANAUS/1957

A atual ZFM não foi pura e simplesmente criada em 1967, pois é sucessora de mecanismo/entidade anterior que, com finalidades algo idênticas ao de hoje, mas com menor amplitude, havia sido instituído pela Lei Federal nº 3.173, de 06.06.1957 - lei resultante de projeto elaborado e promovido pelo Deputado Pereira da Silva, representante do Estado do Amazonas no Congresso Nacional.

A ZFM/1957 fora concebida mais como um mecanismo que, funcionando para facilitar o comércio, via Brasil, das Amazonas não-brasileiras, poderia ao mesmo tempo estimular a economia e a acumulação de capital no Estado do Amazonas, pois o "porto franco de Manaus" não somente daria suporte àquele comércio, mas, também, procuraria adicionar valor, através de beneficiamento/industrialização, aos bens que por ali transitassem, antes que fossem re-exportados.

Tal ZFM/1957 somente logrou

ser regulamentada 3 anos depois de instituída por lei, o que ocorreu através do Decreto nº 47.757, de 02.02.1960. Este interregno pode ser ilustrativo de não ter despertado maiores interesses/empenhos. Além disso, a ZFM/1957 "... não conseguiu (...) ser operacionalizada, eis que a figura jurídica de extra-territorialidade fiscal da zona, limitada em uma área restrita de 200 hectares, e o seu caráter exclusivo de entreposto para armazenagem e trânsito de mercadorias e produtos para abastecimento das Amazonas limítrofes, não tinha conteúdo nem significação econômica. Por este motivo, a lei ficou hibernada durante uma década, até que o problema ressurgisse..."(6)

2.2 CRIAÇÃO DA NOVA ZFM: PRIMEIRA VERSÃO

Ressurgiu a questão, ao que se sabe, 10 anos depois, isto é, em 1966, segundo semestre provavelmente, época, ao que tudo indica, em que uma re-concepção da primitiva ZFM foi formulada. Tal ressurgimento pode por ora ser examinada à luz de 2 versões.

A primeira versão está formulada por Samuel Benchimol, com o seu admirável senso de pesquisador que registra para a História, em "Amazonia - um Pouco-Antes e Além-Depois", obra da qual pinçar alguns trechos a respeito(7).

"A idéia da Zona Franca suportou um longo período período